



Programa
Cátedras Brasil

Caderno 89

Sumário Executivo

Covid-19 e o transporte público: uma
agenda para os municípios brasileiros

Autor
Gabriel Pabst

Parecerista convidada
Gláucia Maia de Oliveira

Coleção: Covid-19 Fast Track



Sumário Executivo

A pandemia provocada pela disseminação do coronavírus sobre o território brasileiro incidiu sobre diversas atividades econômicas, tendo como um de seus setores mais afetados o de transporte público rodoviário municipal. Principal responsável pelos deslocamentos no âmbito das cidades brasileiras, este setor tem sua manutenção comprometida devido à queda significativa de passageiros ao longo do período da pandemia.

Tendo em vista o cenário de declínio financeiro e operacional do setor, este estudo se propõe a investigar os seguintes aspectos, relacionados à prestação de seus serviços no período da pandemia da Covid-19:

- a. Análise do déficit financeiro do setor nacional, relacionando-o com seu comportamento histórico (NTU 2020).
- b. Identificação de uma tarifa de equilíbrio, para todo o Brasil (NTU 2020), capaz de remunerar a prestação do serviço, garantindo sua manutenção durante o período de pandemia.
- c. Comparar as medidas de combate à disseminação do vírus no interior dos veículos empreendidas no âmbito nacional e internacional.
- d. Associar a participação do setor na disseminação do coronavírus sobre os municípios brasileiros.

- e. Identificar a relevância social da manutenção das atividades do setor durante a pandemia no que diz respeito ao transporte de pacientes e casos suspeitos às unidades de saúde.

O setor de transportes públicos municipais já apresenta um comportamento de déficit financeiro consolidado no período pré-pandemia, o que implica dizer que sua viabilidade econômica se encontrava comprometida antes deste período.

No entanto, as medidas de *lockdown* e queda voluntária de passageiros aprofundaram o cenário de crise no setor, que realizou demissões em massa de seus funcionários ou flexibilização de seus contratos de trabalho, além de reduzir a quantidade de linhas e veículos disponibilizados e encerrar suas atividades em diversos municípios brasileiros.

Para combater o cenário acima descrito, em que se afirma que o prejuízo do setor já se encontra em R\$ 5,5 bi - com tendência de atingir um déficit de R\$ 8,3 bilhões ao fim de dezembro de 2020, foi proposto através de projeto de lei (PL 3064/2020) que o Governo Federal disponibilizasse às empresas do setor um auxílio emergencial de R\$ 4 bilhões. Embora o projeto de lei tenha sido aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, foi vetado pelo Governo Federal, não tendo sido implementado na prática.

Como método de interromper o aprofundamento da crise financeira instalada sobre o setor, cabe recalcular as tarifas praticadas ao longo de sua operação durante a pandemia. Este ajuste tarifário está justificado na medida em que a redução da procura de passageiros não mais remunera a quantidade de veículos e linhas disponibilizados.

Nesse sentido, foram calculadas, neste trabalho, as tarifas de equilíbrio necessárias para a interrupção dos déficits financeiros apresentados pelo setor para as capitais dos vinte e seis estados além do Distrito Federal. Os resultados das análises mostraram que, em média, as tarifas praticadas se elevariam 161,66%, com variações discretas a depender da capital selecionada e seu número correspondente de queda de passageiros e veículos.

Um dos fatores que contribui para a redução do volume de passageiros no período da pandemia é a insegurança dos usuários relacionada ao risco de contaminação no interior dos veículos. Para lidar com este cenário e ao mesmo tempo reduzir as taxas de contaminação viral no âmbito dos municípios, diversas estratégias foram adotadas tanto pelos empresários do setor quanto pelo poder público.

Ao se realizar uma comparação entre as medidas de combate à disseminação da carga viral no interior dos ônibus urbanos, percebe-se que a atuação brasileira está abaixo da observada no cenário internacional, uma vez que é composta fundamentalmente pela intensificação das medidas sanitárias já exigidas no período pré-pandemia.

Em relação ao discutido na seção anterior, cabe identificar a participação do setor de transportes por ônibus sobre a disseminação do coronavírus no interior das cidades. Os estudos realizados (NTU 2020) demonstram que, a partir da 21ª semana epidemiológica, o setor de transportes passou a apresentar níveis de atividades próximos do número de casos infectados, o que indica uma correlação entre a atividade dos ônibus municipais e o número de infectados no âmbito das cidades.

Cabe salientar que, apesar dos esforços empreendidos, a literatura ainda não foi capaz de produzir estudos conclusivos sobre esta correlação ônibus/infectados no território brasileiro, o que por sua vez inclina o setor público a adotar o princípio da precaução na gestão deste cenário.

Ainda que as seções anteriores possam indicar que o setor de ônibus municipais aponta para a insolvência financeira e pode atuar como vetor de transmissão viral, não se pode deixar de reconhecer sua relevância social, em especial no período de pandemia. Esta relevância está justificada na característica dos deslocamentos brasileiros: a população detentora das menores faixas de renda é profundamente dependente da atividade do transporte público municipal para acessar diversos serviços de utilidade pública, como o de saúde.

Estudos conduzidos sob esta ótica apontam que as populações mais carentes necessitam do dobro do tempo necessário para as faixas superiores de renda para acessar estabelecimentos públicos de saúde capazes de realizar testagens, acolhimento e internações para casos suspeitos e/ou confirmados de Covid-19 (ITDP 2020). Aprofundando este quadro, a desigualdade própria da distribuição de renda brasileira estende este efeito para 49% da população dos municípios observados, que não é capaz de acessar uma unidade de saúde a menos de trinta minutos via transporte público.

Agregando os resultados obtidos ao longo das cinco seções desenvolvidas na análise, observa-se que a atividade do setor de transporte municipal por ônibus está criticamente comprometida no período da pandemia. Ainda que este cenário já viesse se consolidando através do tempo, as medidas de *lockdown* e

a queda voluntária de passageiros aprofundou o declínio do setor para além da tendência esperada.

Sob este aspecto, as medidas de prevenção e contenção da carga viral empreendidas no território brasileiro estão aquém das desenvolvidas no âmbito internacional, o que contribui para a retomada do nível de passageiros observada no período pré-pandemia.

A respeito do quadro econômico, a tendência de déficits financeiros relatados pelos operadores do setor aponta para sua insolvência financeira, a menos que exista um reequilíbrio entre passageiros e ônibus ofertados, que por sua vez se traduziria como um reajuste da tarifa – que não se recomenda repassar ao usuário final, haja vista a elevação do índice de desemprego e queda dos rendimentos observada no período.

Neste sentido, caberá ao poder público desenvolver políticas que garantam a manutenção da operação do setor como meio de permitir que a população desassistida tenha acesso a unidades públicas de saúde. Sob o ponto de vista da regulação setorial, caberá aos órgãos competentes (preponderantemente as autoridades municipais) reforçar seus mecanismos de comando e controle como ferramenta de impedir que os ônibus urbanos passem a agir como vetor da transmissão viral no lugar de garantir o deslocamento da população.